

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01.006/2025-DE  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00008.20250120/0001-06

A(O) Fundo Municipal de Saúde, por intermédio do seu Agente de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar Dispensa de Licitação sem disputa, com critério de julgamento pelo Menor Preço, Lote, na hipótese do Art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 2006 e demais exigências previstas neste aviso de dispensa eletrônica e seus Anexos.

**DADOS DA SESSÃO PÚBLICA**

**Data da sessão de julgamento das propostas:**

30 de janeiro de 2025

**Link:**

<https://compras.m2atecnologia.com.br/>

**Horário de julgamento das propostas:**

09:00 Hs

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será dividida em Lote, conforme tabela constante abaixo.

MAT. MÉDICO-HOSPITALAR			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND
3	AGUA P/INJECAO 500ML	100.0	Ampola
Especificação: AGUA P/INJECAO 500ML			
52	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250ML	200.0	Ampola
Especificação: SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250ML			
53	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500ML	900.0	Ampola
Especificação: SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500ML			
54	SORO GLICOSADO 5% 500ML	100.0	Ampola

Especificação: SORO GLICOSADO 5% 500ML

55	SORO RINGER C/LACTATO 500ML	60.0	Ampola
----	-----------------------------	------	--------

Especificação: SORO RINGER C/LACTATO 500ML

58	ATADURA CREPOM 10CM X 1,20M	1000.0	UN
----	-----------------------------	--------	----

Especificação: ATADURA CREPOM 10CM X 1,20M

59	ATADURA CREPOM 20CM X 1,20M	500.0	UN
----	-----------------------------	-------	----

Especificação: ATADURA CREPOM 20CM X 1,20M

60	ALCOOL 70% 1000ML	50.0	Frasco
----	-------------------	------	--------

Especificação: ALCOOL 70% 1000ML

61	ALGODAO HIDROFILO 500G	20.0	ROL
----	------------------------	------	-----

Especificação: ALGODAO HIDROFILO 500G

62	GAZE 91X91 11 FIOS TIPO QUEIJO (ANE) 420G	30.0	ROL
----	---	------	-----

Especificação: GAZE 91X91 11 FIOS TIPO QUEIJO (ANE) 420G

63	CATETER P/OXIGENIO TIPO OCULOS EST 12	70.0	UN
----	---------------------------------------	------	----

Especificação: CATETER P/OXIGENIO TIPO OCULOS EST 12

64	CATETER P/OXIGENIO TIPO OCULOS INF	10.0	UN
----	------------------------------------	------	----

Especificação: CATETER P/OXIGENIO TIPO OCULOS INF

65	CATETER INTRAVENOSO 24	300.0	UN
----	------------------------	-------	----

Especificação: CATETER INTRAVENOSO 24

66	CATETER INTRAVENOSO 22	500.0	UN
----	------------------------	-------	----

Especificação: CATETER INTRAVENOSO 22

67	CATETER INTRAVENOSO 20	500.0	UN
----	------------------------	-------	----

Especificação: CATETER INTRAVENOSO 20

68	CATETER INTRAVENOSO 18	100.0	UN
----	------------------------	-------	----

Especificação: CATETER INTRAVENOSO 18

69	CLAMP UMBILICAL	50.0	UN
----	-----------------	------	----

Especificação: CLAMP UMBILICAL

70	COLETOR URINA SF 2L (BOLSA)	30.0	UN
----	-----------------------------	------	----

Especificação: COLETOR URINA SF 2L (BOLSA)

71	DESCARTEX 20LT (COLETOR PERF CORT)	40.0	UN
----	------------------------------------	------	----

Especificação: DESCARTEX 20LT (COLETOR PERF CORT)

72	DETERGENTE ENZIMATICO 1L	12.0	Frasco
----	--------------------------	------	--------





Especificação: DETERGENTE ENZIMATICO 1L

73 ESPARADRAPO IMPERMEAVEL 10CMX4,5M

Especificação: ESPARADRAPO IMPERMEAVEL 10CMX4,5M

74 APARELHO PRESSAO ADU COMPLETO

3.0

UN

Especificação: APARELHO PRESSAO ADU COMPLETO

75 EQUIPO MACRO GTS C/INJ LATERAL POLYBAG

800.0

UN

Especificação: EQUIPO MACRO GTS C/INJ LATERAL POLYBAG

76 MULTIVIA - INFUSOR 2 VIAS C/CLAMP

50.0

UN

Especificação: MULTIVIA - INFUSOR 2 VIAS C/CLAMP

77 FITA P/AUTOCLAVE 19MM X 30M

50.0

UN

Especificação: FITA P/AUTOCLAVE 19MM X 30M

78 FITA P/GLICEMIA ON CALL PLUS C/50 UND

15.0

Caixa

Especificação: FITA P/GLICEMIA ON CALL PLUS C/50 UND

79 FIO NYLON 4-0 AG 30 C/24 UND

5.0

Caixa

Especificação: FIO NYLON 4-0 AG 30 C/24 UND

80 LANCETA DESC 28G C/100 UND AZUL

25.0

Caixa

Especificação: LANCETA DESC 28G C/100 UND AZUL

81 LAMINA BISTURI 24 C/100 UND

4.0

Caixa

Especificação: LAMINA BISTURI 24 C/100 UND

82 LUVA CIRURGICA ESTERIL 7,5

120.0

PRS

Especificação: LUVA CIRURGICA ESTERIL 7,5

83 MASCARA DESC TRIPLA C/ELAST C/50 UND

20.0

Caixa

Especificação: MASCARA DESC TRIPLA C/ELAST C/50 UND

84 FITA MICROPOROSA 5CM X 10M

10.0

UN

Especificação: FITA MICROPOROSA 5CM X 10M

85 PAPEL CREPADO 40X40 BRANCO

400.0

UN

Especificação: PAPEL CREPADO 40X40 BRANCO

86 PAPEL GRAU CIRURGICO 300MM X 100M

1.0

ROL

Especificação: PAPEL GRAU CIRURGICO 300MM X 100M

87 SERINGA DESC 20ML C/AG 25X7

600.0

UN

Especificação: SERINGA DESC 20ML C/AG 25X7

88 SERINGA DESC 10ML C/AG 25X7

400.0

UN



Especificação: SERINGA DESC 10ML C/AG 25X7

89	SERINGA DESC 05ML C/AG 25X7	600.0	UN
----	-----------------------------	-------	----

Especificação: SERINGA DESC 05ML C/AG 25X7

90	SERINGA DESC 01ML C/AG 13X4,5	800.0	UN
----	-------------------------------	-------	----

Especificação: SERINGA DESC 01ML C/AG 13X4,5

91	SCALP 21	200.0	UN
----	----------	-------	----

Especificação: SCALP 21

92	SCALP 23	400.0	UN
----	----------	-------	----

Especificação: SCALP 23

93	SONDA FOLEY 2 VIAS 16	40.0	UN
----	-----------------------	------	----

Especificação: SONDA FOLEY 2 VIAS 16

94	SONDA FOLEY 2 VIAS 18	10.0	UN
----	-----------------------	------	----

Especificação: SONDA FOLEY 2 VIAS 18

95	SONDA NASOGASTRICA CURTA 16	25.0	UN
----	-----------------------------	------	----

Especificação: SONDA NASOGASTRICA CURTA 16

96	SONDA NASOGASTRICA CURTA 14	20.0	UN
----	-----------------------------	------	----

Especificação: SONDA NASOGASTRICA CURTA 14

97	TERMOMETRO CLINICO DIGITAL	5.0	UN
----	----------------------------	-----	----

Especificação: TERMOMETRO CLINICO DIGITAL

98	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100ML	550.0	Ampola
----	-----------------------------	-------	--------

Especificação: SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100ML

100	UMIDIFICADOR OXIGENIO 250ML	5.0	UN
-----	-----------------------------	-----	----

Especificação: UMIDIFICADOR OXIGENIO 250ML

MEDICAMENTOS			
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	AMPICILINA 1G INJ	100.0	Ampola
Especificação: AMPICILINA 1G INJ			
2	ADRENALINA (EPINEFRINA) INJ 1ML	100.0	Ampola
Especificação: ADRENALINA (EPINEFRINA) INJ 1ML			
4	ATROPINA 0,25MG/ML INJ 1ML	50.0	Ampola
Especificação: ATROPINA 0,25MG/ML INJ 1ML			

5	ACIDO TRANEXAMICO 50MG/ML INJ 5ML (G)		
Especificação: ACIDO TRANEXAMICO 50MG/ML INJ 5ML (G)			
6	BICARBONATO SODIO 8,4% INJ 10ML	100.0	Ampola
Especificação: BICARBONATO SODIO 8,4% INJ 10ML			
7	BUTILBROMETO ESCOP+DIPIRONA INJ 5ML (G)	350.0	Ampola
Especificação: BUTILBROMETO ESCOP+DIPIRONA INJ 5ML (G)			
8	BUTILBROMETO ESCOPALAMINA 20MG INJ 1ML (G)	200.0	Ampola
Especificação: BUTILBROMETO ESCOPALAMINA 20MG INJ 1ML (G)			
9	BROMOPRIDA 10MG INJ 2ML (G)	300.0	Ampola
Especificação: BROMOPRIDA 10MG INJ 2ML (G)			
10	BROMETO IPRATROPIO GTS 20ML (G)	25.0	Frasco
Especificação: BROMETO IPRATROPIO GTS 20ML (G)			
11	PENICILINA BENZ 1.200.000UI INJ (BEPEBEN)	80.0	Ampola
Especificação: PENICILINA BENZ 1.200.000UI INJ (BEPEBEN)			
12	CAPTOPRIL 25MG CPR (G)	300.0	UN
Especificação: CAPTOPRIL 25MG CPR (G)			
13	GLICERINA 12% 500ML CLISTER	20.0	Ampola
Especificação: GLICERINA 12% 500ML CLISTER			
14	CLORETO SODIO 10% INJ 10ML	100.0	Ampola
Especificação: CLORETO SODIO 10% INJ 10ML			
15	CLORETO POTASSIO 10% INJ 10ML	50.0	Ampola
Especificação: CLORETO POTASSIO 10% INJ 10ML			
16	COMPLEXO B INJ IM/IV 2ML (HYPLEX)	200.0	Ampola
Especificação: COMPLEXO B INJ IM/IV 2ML (HYPLEX)			
17	CEFTRIAXONA 1G INJ IV T3	400.0	Ampola
Especificação: CEFTRIAXONA 1G INJ IV T3			
18	CEFAZOLINA 1G INJ	50.0	Ampola
Especificação: CEFAZOLINA 1G INJ			
19	CIMETIDINA 300MG INJ 2ML (HYCIMET)	150.0	Ampola
Especificação: CIMETIDINA 300MG INJ 2ML (HYCIMET)			
20	CETOPROFENO 50MG/ML IM INJ 2ML (G)	600.0	Ampola
Especificação: CETOPROFENO 50MG/ML IM INJ 2ML (G)			





21	DIAZEPAM 10MG INJ 2ML B1	300.0	Ampola
Especificação: DIAZEPAM 10MG INJ 2ML B1			
22	DEXAMETASONA 4MG/ML 2,5ML INJ G	600.0	Ampola
Especificação: DEXAMETASONA 4MG/ML 2,5ML INJ G			
23	DIPIRONA 1G INJ 2ML (G)	600.0	Ampola
Especificação: DIPIRONA 1G INJ 2ML (G)			
24	DICLOFENACO SODICO 75MG INJ 3ML (DICLOFARMA)	600.0	Ampola
Especificação: DICLOFENACO SODICO 75MG INJ 3ML (DICLOFARMA)			
25	ENOXAPARINA 40MG/0,4ML	20.0	UN
Especificação: ENOXAPARINA 40MG/0,4ML			
26	METILERGOMETRINA 0,2MG INJ 1ML (ERGOMETRIN)	50.0	Ampola
Especificação: METILERGOMETRINA 0,2MG INJ 1ML (ERGOMETRIN)			
27	FUROSEMIDA 20MG INJ 2ML (FUROSANTISA)	200.0	Ampola
Especificação: FUROSEMIDA 20MG INJ 2ML (FUROSANTISA)			
28	VITAMINA K 10MG INJ 1ML (FITOMENADIONA)	100.0	Ampola
Especificação: VITAMINA K 10MG INJ 1ML (FITOMENADIONA)			
29	FENITOINA SODICA 50MG/ML INJ 5ML C1 (G)	50.0	Ampola
Especificação: FENITOINA SODICA 50MG/ML INJ 5ML C1 (G)			
30	FENTANILA 50MCG/ML INJ 10ML C1 (G)	50.0	Ampola
Especificação: FENTANILA 50MCG/ML INJ 10ML C1 (G)			
31	GENTAMICINA 40MG/ML INJ 2ML	100.0	Ampola
Especificação: GENTAMICINA 40MG/ML INJ 2ML			
32	GLICOSE 50% INJ 10ML	300.0	Ampola
Especificação: GLICOSE 50% INJ 10ML			
33	HALOPERIDOL 5MG INJ 1ML C1	100.0	Ampola
Especificação: HALOPERIDOL 5MG INJ 1ML C1			
34	HALOPERIDOL 5MG CPR C1	120.0	UN
Especificação: HALOPERIDOL 5MG CPR C1			
35	HIDROCORTISONA 100MG INJ (G)	100.0	Ampola
Especificação: HIDROCORTISONA 100MG INJ (G)			
36	HIDROCORTISONA 500MG INJ	100.0	Ampola
Especificação: HIDROCORTISONA 500MG INJ			



37	HIDRALAZINA 20MG INJ 1ML (NEPRESOL)		
Especificação: HIDRALAZINA 20MG INJ 1ML (NEPRESOL)			
38	LEVOFLOXACINO 5MG/ML BOLSA 100ML INJ (G)	30.0	Ampola
Especificação: LEVOFLOXACINO 5MG/ML BOLSA 100ML INJ (G)			
39	LIDOCAINA 2% S/V 20ML (G)	30.0	Ampola
Especificação: LIDOCAINA 2% S/V 20ML (G)			
40	LIDOCAINA 2% GEL 30G (LIDOGEL)	10.0	Terabyte
Especificação: LIDOCAINA 2% GEL 30G (LIDOGEL)			
41	MORFINA 10MG INJ 1ML A1 (G)	200.0	Ampola
Especificação: MORFINA 10MG INJ 1ML A1 (G)			
42	MORFINA 0,2MG INJ 1ML A1	200.0	Ampola
Especificação: MORFINA 0,2MG INJ 1ML A1			
43	METILDOPA 250MG CPR (G)	100.0	UN
Especificação: METILDOPA 250MG CPR (G)			
44	METOCLOPRAMIDA 10MG INJ 2ML	400.0	Ampola
Especificação: METOCLOPRAMIDA 10MG INJ 2ML			
45	METRONIDAZOL 500MG INJ 100ML (G)	50.0	Ampola
Especificação: METRONIDAZOL 500MG INJ 100ML (G)			
46	MIDAZOLAM 5MG/ML INJ 10ML B1 (G)	80.0	Ampola
Especificação: MIDAZOLAM 5MG/ML INJ 10ML B1 (G)			
47	OXACILINA 500MG INJ	100.0	Ampola
Especificação: OXACILINA 500MG INJ			
48	OMEPRAZOL 20MG CAP (G)	200.0	UN
Especificação: OMEPRAZOL 20MG CAP (G)			
49	OMEPRAZOL 40MG INJ + DIL 10ML	50.0	Ampola
Especificação: OMEPRAZOL 40MG INJ + DIL 10ML			
50	OXITOCINA 5UI/ML INJ 1ML	80.0	Ampola
Especificação: OXITOCINA 5UI/ML INJ 1ML			
51	PROMETAZINA 50MG INJ 2ML	50.0	Ampola
Especificação: PROMETAZINA 50MG INJ 2ML			
56	TRAMADOL 100MG INJ 2ML A2 (G)	300.0	Ampola
Especificação: TRAMADOL 100MG INJ 2ML A2 (G)			



57	VITAMINA C 500MG INJ 5ML	200.0	Ampola
Especificação: VITAMINA C 500MG INJ 5ML			
99	DIAZEPAM 05MG INJ 2ML	100.0	Ampola
Especificação: DIAZEPAM 05MG INJ 2ML			

1.2.1. Havendo mais de um Lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o Menor Preço por Lote, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2. PARTICIPAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DIRETA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço eletrônico <https://compras.m2atecnologia.com.br/>.

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos para cadastro no link <https://compras.m2atecnologia.com.br/>, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21 e desde que pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, não necessite de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

### **3. INGRESSO NA CONTRATAÇÃO DIRETA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.1. O ingresso do fornecedor na contratação direta se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.**

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais,



nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la, **até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.**

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.



#### 4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1. Na data e horário indicado para abertura e julgamento da contratação direta, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

4.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

4.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

4.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da contratação direta.

4.3. Estando o preço compatível, será solicitado, se necessário, documentos complementares.

4.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.5.1. conter vícios insanáveis;

4.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

4.5.3. apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

4.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços que:

4.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

4.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.



4.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

4.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

4.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

4.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

4.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.10. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

4.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 5. HABILITAÇÃO

5.1. Os Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Aviso de Contratação Direta, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

### 5.1.1. Habilitação Jurídica

a) no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



- f) decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 5.1.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

### 5.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;**
- b.1. As empresas criadas no exercício financeiro da dispensa deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c) comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

c.1. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 5%.(cinco por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

#### 5.1.4. Qualificação Técnica

a) Comprovação de aptidão compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

a.1. Os atestados deverão referir-se aos bens/serviços fornecidos no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

a.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram fornecidos os bens.

b) Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

c) Em relação às fornecedoras cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

c.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

c.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;



c.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

c.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

c.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

c.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;

c.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

d) Alvará de licença expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal compatível com o objeto da licitação/lote específico;

e) Comprovação de Autorização de funcionamento da empresa licitante expedido pela Vigilância Sanitária (ANVISA), compatível com o objeto da licitação/lote específico.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Registro Cadastral de Fornecedor(a) do(a) Fundo Municipal de Saúde;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); (Acórdão nº 1.793/2011 - Plenário);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)). (Acórdão nº 1.793/2011 - Plenário);

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

5.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

5.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



5.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificá-las. Se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

5.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

5.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Cadastro de Fornecedores, nos documentos por ele abrangidos.

5.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Cadastro de Fornecedores para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

5.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

5.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

5.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

5.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

5.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.



## 6. CONTRATAÇÃO

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. **O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

6.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.3. O prazo de vigência da contratação prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

6.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## 7. SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;



7.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da contratação direta.

7.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

7.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 7.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.12;.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

7.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



7.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.7. A apuração e o julgamento das infrações administrativas, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.8. O processamento do PAR - Processo de Apuração de Responsabilidade, não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

7.10. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## 8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico oficial do(a) Fundo Municipal de Saude e no(s) endereço(s) eletrônico(s) .

8.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

8.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

8.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

8.3. As providências dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados, procedimento deserto.

8.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

8.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

8.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema na documentação relativa ao procedimento.

8.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

8.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

8.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

8.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

8.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

8.13.1. ANEXO I - Termo de referência/Projeto Básico;

8.13.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato.

Ubajara/CE, 27 de janeiro de 2025

  
**Grijalva Parente Da Costa**  
ORDENADOR(A) DE DESPESAS